



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Saraiva Felipe - PMDB/MG

REQUERIMENTO Nº

Requer seja aprovado o encaminhamento de Requerimento de Informação sobre o Fundo de Financiamento Estudantil, de autoria da Comissão de Educação e dirigido ao Ministério da Educação.

Senhoras e Senhores Membros da Comissão de Educação,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), solicito seja aprovado pela Comissão de Educação o encaminhamento de Requerimento de Informação ao Excelentíssimo Senhor Renato Janine, Ministro da Educação, solicitando resposta às seguintes indagações:

1. Quantos aditivos contratuais foram realizados com semestralidade acima de 6,41% e se foram feitos repasses e recompras de tais aditivos.
2. Em caso positivo ou negativo de repasse de certificados e recompras, quais os valores envolvidos até a presente data?
3. Em termos de valores em 2014, quanto ingressou em pagamentos de contratos do Fies e qual a previsão para 2015?
4. Quais os índices de inadimplência do Fies?
5. Qual o percentual de desistência do Fies?
6. Os certificados estão sendo repassados e a recompra está sendo realizada dentro do cronograma previsto na Lei nº 10.260, de 2001, e Portaria 23, de 26 de dezembro de 2015?
7. Com a abertura do Fies para o segundo semestre, quando serão realizados os repasses de certificados: dentro do exercício fiscal de 2015 ou em 2016?

JUSTIFICAÇÃO

Embora a Comissão tenha recebido o Senhor Ministro da Educação e seus Secretários em Audiência Pública, ainda são muitos os questionamentos que têm sido apresentados por representantes de instituições de ensino e de alunos, sem que tenhamos resposta que esclareçam de forma clara essas dúvidas.

Desta forma, entendemos ser o Requerimento de Informação a forma prevista tanto na Constituição Federal quanto no Regimento Interno para que o Parlamento possa dirimir suas dúvidas, sendo a resposta do Ministro da Educação, que ora requeremos, fundamental no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala da Comissão, 7 de julho de 2015.

Deputado Saraiva Felipe
PMDB/MG